

O LUGAR DA SUBJETIVIDADE EM TEXTOS ACADÊMICOS: UMA ANÁLISE EM REVISTAS ELETRÔNICAS

Charlene Oliveira Trindade e Fabiane Sarmento Oliveira

RESUMO[©]

A linguagem utilizada em textos acadêmicos é tida como impessoal: ou seja, o sujeito do discurso assume uma posição de distanciamento do objeto pesquisado. O texto deve colocar esse objeto em destaque juntamente com os resultados obtidos, sem interessar o responsável pela sua realização. Assim, no texto acadêmico, assume-se uma postura objetiva, tentando seguir as normas fixadas pela academia. O que pretendemos mostrar é que nesses textos, as próprias normas ditadas pela academia abrem espaço para o aparecimento do sujeito. Com isto queremos dizer que o sujeito se vale dessas normas para colocar sua subjetividade.

PALAVRAS CHAVE: subjetividade, discurso, texto acadêmico

INTRODUÇÃO

O discurso acadêmico insere-se num gênero discursivo - o discurso científico, podendo se caracterizar como de divulgação ou de vulgarização científica, onde o pesquisador apresenta à comunidade acadêmica os resultados de suas pesquisas, tornando público seus estudos e suas inquietações enquanto membro de uma comunidade acadêmica ou científica.

O discurso acadêmico, por caracterizar o discurso de um grupo, ainda considerado privilegiado, tratados como 'cientistas' reflete uma linguagem com liberdade restrita no uso de recursos argumentativos ou retóricos. Tida como de cunho informativo, devem-se afastar do campo científico pontos de vistas pessoais, que deixem transparecer impressões subjetivas, não fundadas sobre fatos concretos, depurando a pesquisa de qualquer caráter de cunho afetivo ou irracional.

Porém, o que se percebe é que o discurso acadêmico (nem tampouco o discurso científico), não é plano, não é fechado. O uso que o sujeito faz da linguagem acadêmica é claramente subjetivo, visto que o sujeito não é um simples signatário desse discurso: é um sujeito que ocupa um espaço destinado a tomadas de posições, mesmo que subrepticiamente. É um sujeito que exerce a função de articular e dar coerência a seu discurso, posicionando-se no discurso da ciência, discurso este

institucionalizado e com restrições de uso, que, caso não observadas, o sujeita a punições, ou sanções, como por exemplo, sua negação como discurso autorizado.

A Academia, enquanto entidade que congrega pesquisadores, supostamente atua como órgão repressor no funcionamento do discurso acadêmico, estabelecendo sanções: ser aceito ou ser excluído. Ser aceito significa que o sujeito manifesta uma autoridade reconhecida por seus pares; ser excluído significa ter transgredido o ritual.

É, portanto, do ritual que queremos tratar neste trabalho. A partir desse ritual, levantamos a subjetividade na manifestação da linguagem recortada no estudo do discurso acadêmico.

Este trabalho é uma continuidade da tese de doutoramento da professora orientadora¹ e encontra-se em sua quarta edição; as edições anteriores foram desenvolvidas com outros alunos bolsistas analisando documentos impressos. Nesta edição, nosso foco de análise voltou-se para o meio eletrônico, sendo utilizado como corpus textos das revistas eletrônicas: *Linguagem e Cidadania* e *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Portanto, nesta edição revisitamos as edições anteriores, analisando se as formas do sujeito nomear-se em meio eletrônico diferenciavam-se do meio impresso.

1. Norma e o texto acadêmico (científico)

A partir das normas preestabelecidas pela comunidade científica, o texto acadêmico deve apresentar-se como fechado e monológico, isto é, um texto sem sujeito ou com um sujeito que "sai de cena" (ausenta-se), a fim de ceder lugar aos resultados obtidos de uma determinada pesquisa. Dessa forma, a linguagem a ser utilizada nesses textos deve possuir um caráter impessoal, proporcionando que o sujeito do discurso assumira uma posição de distanciamento do objeto pesquisado. Portanto, o texto deve colocar em destaque esse objeto juntamente com os resultados obtidos, sem levar em conta o responsável pela realização da pesquisa. Então, podemos dizer que o sujeito "deixa de ser um sujeito-para-si para ser um sujeito para os objetos" (Santos, 1989, p. 14).

A Academia, ao fixar as normas para acesso, exige uma sintaxe que privilegia a objetividade, precisão, isenção, neutralidade, destacando estruturas como voz passiva, sujeito indeterminado, modalizadores de autoridade, discurso citado, entre outras. Assim, no texto acadêmico, assume-se uma postura objetiva, tentando seguir essas normas fixadas. O que pretendemos mostrar é que nesses textos as próprias normas ditadas pela academia abrem espaço para o aparecimento do sujeito. Com isto, percebemos que o sujeito se vale dessas mesmas normas para colocar sua subjetividade. A ele cabe escolher seguir as normas e velar-se numa linguagem impessoal (sujeito não pessoa/ indeterminação do sujeito/voz passiva/modalizadores) ou subvertê-las e fazer-se aparecer, mesmo que de uma maneira discreta (nós exclusivo). Disso dependerá sua aceitação pelos membros da Academia.

No entanto, o que temos observado é que o sujeito alterna sua forma de nomeação em relação direta com sua trajetória enquanto pesquisador, ou seja, quanto mais experiência em pesquisa ele tiver, mais ele se revela; quanto menos experiente o pesquisador for, mais ele se mascara, atenuando, desse modo, sua presença.

Assim, como já foi visto anteriormente, o sujeito - pesquisador pode optar por uma linguagem impessoal através de técnicas lingüísticas, como exemplo, sujeito não pessoa, indeterminação do sujeito, voz passiva e modalizadores.

1.1 Sujeito não pessoa (ele)

É um certo tipo de modalidade implícita que consiste na obediência de uma regra para expressar a objetividade. A ausência explícita do sujeito-enunciador se manifesta como uma estratégia de transformar o sujeito do enunciado. (TASCHETTO, 2002). O uso desse recurso implica em o sujeito ser qualquer coisa ou nada, podendo também ser o próprio sujeito.

1. A partir desses questionamentos, o objetivo do presente trabalho é apresentar algumas considerações sobre o processo de leitura, (...) [C1]

2. O artigo apresenta uma contextualização do papel da leitura no ensino de inglês como língua estrangeira no Brasil, (...) [C1]

3. Esses estudos mostram o meio digital como um meio de comunicação nos dias de hoje, embora de acesso ainda restrito. (...) [F1]

Nos exemplos acima, o sujeito vela-se em uma linguagem objetiva, pois sabe que não pode aparecer;

assim esconde-se atrás dos recursos permitidos pela Academia.

1.2 Indeterminação do sujeito

O sujeito indeterminado, com o uso do pronome 'se', é usado quando não se quer ou não se pode identificar claramente o sujeito. O uso do pronome 'se' ocorre com verbos que não apresentam complemento direto. Quando o sujeito faz esse uso, ele atenua sua presença, agindo de acordo com as normas ditadas pela Academia, privilegiando uma linguagem objetiva.

4. Para se trabalhar a partir de uma perspectiva, (...) [C1]

5. Mantém-se a ressalva anterior quanto à precariedade da medida. (...) [C3]

O que se nota nos exemplos 4 e 5 é que o sujeito tenta tornar presença difusa, ele segue o estilo formal, porém podemos perceber que ele aparece de forma implícita, pois é ele próprio que "trabalha" e "mantém" a ressalva anterior do discurso.

1.3 Modalizadores

A Academia propõe formas que direcionam o discurso para a objetividade. Os modalizadores de autoridade atuam como uma das formas que isentam o sujeito da responsabilidade de seu discurso, pois ele deixa de nomear-se como "eu" e usa os modalizadores de autoridade como recurso para amenizar sua presença e não esconde a heterogeneidade do discurso.

6. O essencial no ensino de línguas é ler analisando os recursos lingüísticos de cada texto, (...) [C2]

7. É importante ressaltar que muitas das salas estudadas apresentam várias opções para os sujeitos criarem seus nomes/apelidos (nicks), (...) [F1]

8. É impossível para indivíduos que crescem em uma sociedade complexa contemporânea não adquirirem vários tipos de cultura. (...) [F2]

Nos exemplos 6,7 e 8, o sujeito vela-se no uso de um modalizador de autoridade, dando a impressão de que não é ele que acha que "é essencial no ensino de línguas", "é importante ressaltar" e "é impossível". É a autoridade desse sujeito que se manifesta através de um modalizador sem se mostrar. O sujeito utilizou os recursos da língua para persuadir a Academia e o seu discurso ser aceito.

1.4 Voz passiva

O uso da voz passiva, tanto na forma analítica quanto na sintética, tem por função reverter a ordem dos sintagmas nominais (sujeito e objeto) e dar ênfase à ação sem privilegiar seu verdadeiro agente. Assim, podemos perceber uma certa imprecisão em relação à origem do enunciado. Nos textos acadêmicos, essa linguagem é recomendada a fim de garantir a objetividade do discurso.

Dessa maneira, o sujeito ao usar a voz passiva analítica ou sintética busca manter uma certa distância da produção do discurso, ou seja, ele procura “minimizar” sua presença no texto, como podemos observar nos exemplos a seguir:

09. Foram realizados três experimentos, num total de 60 entrevistas com estudantes ou profissionais de nível universitário (...) [voz passiva analítica] [C3]

10. As questões estão divididas em cinco blocos, de acordo com o que pretende-se explorar, por exemplo, aspectos textuais, contextuais, (...) [voz passiva sintética] [C1]

11. Sabe-se, entretanto, que existem infinitas atividades sociais e que seria impossível prever todas essas situações. (...) [voz passiva sintética] [F2]

Nos exemplos 10 e 11, a forma sintética da voz passiva dê, segundo Coracini (1991), a impressão de que se misturam o eu e o outro (1ª e 3ª pessoas), gerando um certo grau de incerteza e imprecisão sobre quem é afinal o autor do discurso.

Essa indefinição do sujeito – enunciador dos exemplos 1 ao 11 seguem a norma da Academia e reforçam a impressão de um discurso sem autoridade, em busca de reconhecimento.

Por outro lado, o sujeito também pode escolher por uma linguagem mais subjetiva e desse modo, ele aparecerá, mesmo que discretamente. Como exemplo desse tipo de linguagem temos o “nós exclusivo” de Benveniste que será explicado no decorrer desse texto em contraste com o “nós inclusivo” também de Benveniste.

2. A heterogeneidade no texto acadêmico

Podem-se compreender o texto acadêmico a partir das marcas da heterogeneidade deixadas pelo sujeito, as quais são uma característica da enunciação. Essas marcas podem ser analisadas sob várias perspectivas.

De acordo com a Teoria Enunciativa de Benveniste, o sujeito é heterogêneo: ou seja, ele não é dono de suas palavras, é um sujeito marcado pela

interação dialógica com seu interlocutor, aparente nas várias vozes que transparecem no seu discurso.

Segundo Bakhtin (1999), a heterogeneidade está vinculada ao princípio do dialogismo, em que o discurso é constituído por palavras “já habitadas”, definido pelo diálogo entre interlocutores e pelo diálogo com outros textos na construção do sentido. Com isso, em todo o enunciado descobrem-se as palavras do outro, ocultas ou semi-ocultas e com diferentes graus de alteridade. Portanto, todos os discursos são habitados pelo discurso do outro. A palavra do outro é condição de constituição de qualquer discurso.

Já Ducrot (1984) vincula a heterogeneidade ao princípio da polifonia, entendendo o discurso como sendo marcado pela superposição de vozes, “orquestradas” por um sujeito; ou seja, em um mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos que se enunciam através de um locutor, que pode ser “eu”. Dessa maneira, Ducrot encara o sujeito como múltiplo. Além disso, ele trata os enunciadores como vozes de origem de diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado, organizadas por um locutor que pode também ser identificado com um destes enunciadores. Porém, na maioria das vezes, mantém deles uma certa distância, evidenciando o caráter constitutivo da alteridade do discurso. No discurso acadêmico, a alteridade se marca na alternância das vozes do “eu” e do outro. Como exemplo disto, temos o discurso do outro ou discurso citado e nós senso comum.

2.1 O discurso citado

O sujeito do discurso acadêmico coloca, em seus textos, o discurso do outro (citações), ou seja, o “já-dito”, de outros sujeitos em outros discursos acadêmicos, a fim de que a Academia autorize seu acesso. Isso ocorre, segundo Bakhtin, porque a citação está relacionada ao grau hierárquico da voz do outro com relação ao discurso do sujeito. Assim, o sujeito se faz aparecer no texto acadêmico, evidenciando seu caráter dialógico e heterogêneo ao chamar outras vozes já reconhecidas pela Academia para constituir o seu próprio discurso e dar crédito ao seu trabalho.

Desse modo, de acordo com Bakhtin, o sujeito constrói “uma relação discursiva com o parceiro”, que se alterna na enunciação tanto na forma de discurso direto, quanto indireto, ou ainda como discurso direto livre. Para entendermos melhor isso, vejamos os seguintes exemplos:

12 De acordo com Clark (1996) o meio falado não se esgota na conversa, que é caracterizada pela

livre troca de turnos (face a face ou não) entre dois ou mais participantes. (...) [F2]

13. Segundo Erickson (1997, p. 33), cultura invisível é aquela aprendida e ensinada inconscientemente. (...) [F4]

Os sujeitos dos exemplos 12 e 13 transcrevem as palavras do outro (nesse caso as palavras dos autores Clark e Erickson), ou seja, as palavras do outro são “traduzidas” pelo eu – enunciador, mesmo que elas não sejam dele. Dessa forma, podemos observar que isso marca uma relação de autoridade do eu – enunciador, porque ele manipula as palavras do outro a seu favor, fazendo com que a voz do outro (supostamente mais conhecedora do assunto que está sendo abordado pelo eu - enunciador e reconhecida pela Academia), dê maior credibilidade ao seu texto.

Nesses mesmos exemplos, podemos também perceber um certo grau de autoridade no discurso do eu – enunciador pela forma como ele “invoca” a voz do outro: ele alterna a sua própria voz com uma voz já-reconhecida, evidenciando a polifonia presente no discurso acadêmico.

Assim, nos textos acadêmicos, pode-se identificar o locutor, o qual coloca em cena várias posições, suas ou não, através de diversos enunciadores, apresentando um discurso supostamente sem sujeito, porque privilegia uma linguagem objetiva, que apaga o “eu” como responsável pelo enunciado, ao requerer outras formas da língua (nós/se/passiva/modalizadores) para exercer sua função. Por isso que esta forma de discurso, aceita pelo círculo acadêmico, é um forte argumento de heterogeneidade mostrada, mesmo que de modo implícito.

2.2 Nós senso comum

É o uso do “nós” sinalizando para o senso comum (eu no mundo). São questões colocadas pela comunidade de forma geral que atenuam a presença do sujeito

Parece que, ao usar “nós”, o sujeito não só compartilha com os outros como também socializa seu dizer. Com o uso de “nós”, a polifonia é reconhecida de forma mais explícita, isto é, percebe-se mais claramente que há outra voz junto à voz do locutor.

14. A medida que usamos cultura em nossa vida diária, ela torna-se habitual. Nossos hábitos tornam-se, em grande parte, invisíveis para nós mesmos. Assim, a cultura move-se para dentro e para

fora da nossa consciência. Nós não pensamos muito sobre estrutura e características da nossa cultura quando a vivemos. (...) [F2]

No exemplo 14, percebemos o sujeito que fala com vários enunciadores: o outro, o tu, o público, os cientistas os quais se identificam como um “eu” no mundo. Aqui, não se tem com precisão quem é o responsável pelo enunciado.

3. Benveniste: “Nós exclusivo e inclusivo”

De acordo com Benveniste (1966), a pessoa só é própria às posições “eu” e “tu”; ou seja, “eu” e “tu” são os únicos que indicam pessoa. Já a 3ª pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal, isto é, impessoal.

Benveniste considera que a “3ª pessoa” comporta uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, porém não referida a uma “pessoa específica”. Então, a “3ª pessoa” não é uma “pessoa”, isto quer dizer que esta é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a “não pessoa”. Dessa maneira, pode-se observar que as primeiras pessoas não estão no mesmo plano que a terceira, pois esta é tratada diferentemente e não como uma verdadeira “pessoa verbal”.

Essa 3ª pessoa possui duas condições diferentes: “nós exclusivo” e “nós inclusivo”. O plural exclusivo (eu + eles) é a união das duas formas que se opõe como pessoal e não pessoal em virtude da “correlação de pessoa”. Por outro lado, a forma inclusiva (eu + vós) consiste da junção das pessoas em que existe a “correlação da subjetividade”.

3.1 Nós exclusivo

O “nós exclusivo” de Benveniste corresponde ao ‘nós’ majestático das gramáticas de Língua Portuguesa, ou seja, é o uso da forma verbal em 1ª pessoa do plural que objetiva a descaracterização do sujeito enunciador, atenuando sua presença. A voz do “nós majestático – exclusivo” é claramente a voz do eu que se assume de forma “amplificada”. Isto significa que a única voz ouvida é a do próprio sujeito. Podemos observar isso nos exemplos a seguir:

15. Acreditamos que o artigo de Benveniste ao citar a função da linguagem segundo Freud (1985), vai ao encontro (...) [F1] [Eu e todos os leitores- torna o Eu difuso]

16. Pretendemos, portanto, através deste estudo, verificar de que forma algumas das principais teorias do texto e do discurso (...) [F4] [Eu que atenua a afirmação muito marcada do Eu]

Nos exemplos acima, fica claro que o uso do “nós” refere-se a um “eu” único, um sujeito que está implícito no uso do “nós”. Na verdade, quem acredita, no exemplo 15, é o sujeito do enunciado, da mesma maneira é ele quem pretenderá (ex. 16), sozinho, representado em seu trabalho. No entanto, esse sujeito se evidencia sem quebrar a norma e sujeita-se a esta na tentativa de ser aceito e autorizado no discurso pelos outros membros da Academia.

3.2 Nós inclusivo

O “nós inclusivo” é também o uso da 1ª pessoa do plural, mas se diferencia do “nós exclusivo” porque efetua a junção das pessoas “eu + vós”. Dessa maneira, o sujeito aparece velado atrás do uso aparentemente não pessoal da forma verbal de 1ª pessoa. Podemos identificar isso nos seguintes exemplos:

17. (...), como já vimos no capítulo deste estudo a ele dedicado. (...) [F4] [Eu e você leitor/vós – nós inclusivo]

18. Como exemplo deste segundo seguimento, temos: Nesta história, Hagār [foco do segmento] aparece preso, (...) [C3] [Eu e tu leitor/vós – nós inclusivo]

19. Assim, podemos observar que Benveniste (op. cit) ao dizer que o indivíduo se serve da palavra para “representar-se” a si mesmo, (...) buscou mostrar que o uso da linguagem torna-se um espelho (...) [F1] [Eu e você leitor/vós – nós inclusivo]

Nos exemplos 17, 18 e 19, o sujeito faz uso do plural do verbo somente para se adequar a norma, chamando para se unir a ele o “vós” do “nós” inclusivo. A relação de subjetividade se manifesta nessa junção de “eu” e “vós”. O “eu” desta relação é o próprio sujeito, já o “vós” pode assumir várias pessoas, pode ser o leitor, outros pesquisadores ou a comunidade em geral que constituem o “tu” e se mostram com o “eu” para aceitação da Academia. Assim, quando o sujeito enuncia “com já vimos” (ex. 17) ou “temos” (ex.18) ou ainda “podemos observar” (ex.19), ele está “convidando” o “tu” – leitor, pesquisadores ou a comunidade em geral – para se juntar a ele nessa pesquisa.

Para compreender melhor esta classificação de Benveniste, podemos concluir que uso do nós exclusivo é quando o sujeito busca atenuar mais a sua presença (nós majestático), principalmente quando está tratando a teoria utilizada. Por outro lado, o nós inclusivo é quando busca a voz do outro para sustentar sua análise; ou seja, quando está colocando em prática seu dispositivo de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas análises efetuadas, não observamos nenhuma marca que pudesse identificar o texto como sendo de revista eletrônica ou impressa. A (nossa) hipótese inicial era de que os textos de revistas eletrônicas tivessem uma marca mais fluida, mais leve – texto para ser lido no meio eletrônico. No entanto, o que observamos é um texto para ser lido depois de impresso.

A conclusão que se chega a cada edição do projeto é que a subjetividade no discurso acadêmico não se impõe pelo uso explícito do “eu”, mas sim pela sua presença implícita (revelada por todas aquelas marcas; formas consideradas de caráter mais objetivo, de isenção ou neutralidade).

Portanto, a marca da subjetividade no discurso acadêmico se revela através da linguagem que o sujeito utiliza e não através da marca do “eu”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (1929) **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. (coleção linguagem e cultura 3).
- _____. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (coleção Ensino Superior).
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística geral**. Tomo I e II. Campinas: Pontes, 1995/1989.
- CORACINI, M. J. F. R. **Um fazer persuasivo: o discurso da subjetividade da ciência**. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.
- DUCROT, O. (1984) Teoria polifônica da enunciação. In: **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- SANTOS, B. (1987) **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996.
- TASCETTO, T. R. **A presença do sujeito no discurso acadêmico: uma análise em projetos de pesquisa**. Tese (Doutoramento em Linguística Aplicada), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, 2002.

NOTAS

¹ Trabalho desenvolvido pelas alunas do 4º e 6º semestre do Curso de Letras da UFSM, Charlene Oliveira trindade, bolsista do PIBIC/CNPq; do projeto “A Presença do Sujeito no Discurso Acadêmico”, e Fabiane Sarmiento Oliveira, participante do mesmo projeto, sob orientação da Profª Dr. Tania Regina Taschetto.

² Tania Regina Taschetto